

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	8
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	9
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	10
10.5 - Políticas contábeis críticas	14
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	16
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	18
10.8 - Plano de Negócios	19
10.9 - Outros fatores com influência relevante	20

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos****5. Riscos de mercado**

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Segue abaixo os principais riscos de mercado aos quais a ELETROPAR está exposta:

**I – Risco de volatilidade no preço das ações**

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

**II – Risco de crédito das aplicações financeiras**

As aplicações financeiras das Companhia são representadas pelo investimento em fundo extramercado mantido no Banco Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

**III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras**

Considerando a aplicação financeira mantida no fundo extramercado mantida no Banco Brasil cuja meta de rentabilidade é a taxa média da SELIC e que no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentou receita financeira de R\$ 7.383.

*Análise de sensibilidade*

	Cenário base 12,6%	Cenário Provável 12,0%	Cenário Remoto 14,0%	Cenário Possível 10,0%
Rendimento das Aplicações Financeiras	7.383	7.037	8.210	5.864

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5. Riscos de mercado**

**5.2.** Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

- a. riscos para os quais se busca proteção
- b. estratégia de proteção patrimonial (**hedge**)  
Não houve.
- c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (**hedge**)  
Não houve.
- d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos  
Não aplicável.
- e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (**hedge**) e quais são esses objetivos  
Não houve.
- f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos  
Não há.
- g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada  
Não aplicável.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos



### 5. Riscos de mercado

**5.3.** Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não aplicável.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas



### 5. Riscos de mercado

#### 5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****10. Comentários dos diretores****10.1. Os diretores devem comentar sobre<sup>1 2</sup>:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pelo seu baixo endividamento e alta liquidez e rentabilidade, como se identifica a seguir:

	2011	2010
Liquidez Geral	1,92	1,93
Liquidez Corrente	12,59	16,73
Endividamento	0,17%	1,75%
Retorno do Patrimônio Líquido	11,71%	11,29%
Margem Líquida	116,9%	89,65%

No exercício findo em 2011, identifica-se que 96,90% do ativo da Companhia é representado por disponibilidades financeiras e investimentos em outras companhias. Tais ativos são as principais fontes de receita da Companhia, compostas por rendimentos decorrentes das aplicações financeiras e dividendos, juros sobre o capital próprio e equivalência patrimonial das participações societárias.

**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

A estrutura de capital da ELETROPAR nos períodos analisados apresentou os seguintes indicadores:

Indicadores	31/12/2011	31/12/2010
Capital de Terceiros	16,93%	15,13%

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

<sup>2</sup> Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidade de fontes de financiamento.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Capital Próprio	83,07%	84,87%
-----------------	--------	--------

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas. Nesse sentido, a ELETROBRAS autorizou em 2010, que a ELETROPAR procedesse à capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela controladora entre os anos de 2000 e 2003.

i. hipóteses de resgate

Não aplicável.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Não aplicável.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento da Companhia decorrem das receitas oriundas de suas aplicações financeiras e das participações societárias mantidas em outras companhias.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não aplicável.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não aplicável.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável.

- g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

- h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em 2011, destaca-se o aumento de 22,19% do Caixa e equivalente de caixa em virtude, principalmente dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos das participações societárias mantidas pela Companhia. Adicionalmente, ressalta-se aumento dos Ativos fiscais a compensar na ordem de 7,13% decorrente do provisionamento de valores cuja expectativa de realização era incerta.



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2. Os diretores devem comentar<sup>1 2</sup>:**

- a. resultados das operações do emissor, em especial:
  - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita
  - ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais
- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços
- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O Lucro Líquido no exercício de 2011, no valor de R\$ 23.655 mil, equivalente a R\$ 2,01080 por ação, foi superior ao do ano anterior, que atingiu o valor de R\$ 23.252 mil, equivalente a R\$ 1,97650 por ação.

As Receitas Totais de 2011, no montante de R\$ 27.618, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 8% inferiores àquelas auferidas no exercício social de 2010, estas no montante de R\$ 30.019.

As Despesas Operacionais em 2011 somaram R\$ 1.925 mil e foram 61,11% inferiores às de 2010, estas no valor de R\$ 5.854 mil. No entanto, cabe destacar que em 2011 a Companhia reconheceu a reversão da provisão para riscos fiscais (conforme nota explicativa às Demonstrações Financeiras nº. 10) no montante de R\$ 3.335.

O Resultado Financeiro em 2011, no montante de R\$ 6.583, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, apresentou crescimento de 64,77% quando comparado ao apurado no exercício de 2010, cujo valor foi de R\$ 3.995. O crescimento se deu pelo fato do aumento nas aplicações realizadas durante o exercício social de 2011.

---

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

<sup>2</sup> Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidade de fontes de financiamento.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

**10.3.** Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve.

- c. eventos ou operações não usuais

Vide itens 10.1, letra "h" e 10.4, letra "a".

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4. Os diretores devem comentar:****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve.

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não houve.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

O parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 contém as seguintes ressalvas:

"A Companhia tem investimento na Empresa EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., uma coligada avaliada pelo método de equivalência patrimonial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 10.960 mil e o resultado produzido pela participação da Companhia no prejuízo da Empresa EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. no período é de R\$ 581 mil. Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao saldo desse investimento em 31 de dezembro de 2011 e ao prejuízo por ela produzido no exercício findo nessa data."

Quanto à ressalva apresentada, a Administração tece os seguintes comentários:

A investida EMAE, em cujo capital a Companhia participa com 1,42%, é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. A aplicação de tal método contábil de avaliação decorre do fato de a controladora da Eletropar, a Eletrobras, possuir participação nessa mesma investida que a caracteriza como empresa coligada. Nessa situação, a Administração da Eletropar não possui ingerência na Administração dessa investida, fato que impossibilita a implementação de ações gerenciais com o objetivo de eliminar as pendências apontadas por nossos auditores.

Contudo, o saldo desse investimento representa 4,5% em relação ao total dos ativos da Eletropar e seu efeito no resultado do exercício foi de 2,46% em relação ao lucro apresentado pela Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, o relatório dos auditores contém as seguintes ressalvas:

*"Conforme descrito na nota explicativa 7, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia contabilizou provisão para perda na realização de créditos fiscais decorrentes do imposto de renda retido na fonte dos dividendos recebidos relativos ao exercício de 1995. Esta provisão para perda deveria ter sido registrada em períodos anteriores. Consequentemente, o resultado do exercício em 31 de dezembro de 2009 está apresentado a menor em R\$ 4.264 mil.*

*Conforme descrito na nota explicativa 8, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia registrou o ajuste da aplicação do método de equivalência patrimonial, correspondente à data base de 31 de dezembro de 2008, em contrapartida de lucros acumulados no Patrimônio Líquido, como um ajuste de exercícios anteriores, sem efetuar a reapresentação dos saldos apresentados para fins de comparação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, nos termos da NPC - Normas e Procedimentos de Contabilidade nº 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Instrução CVM nº 469/2008. Caso a Companhia tivesse efetuado a reapresentação do saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008, esse teria sido diminuído em R\$ 10.339 mil, sendo o resultado de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 de R\$ 7.881 mil."*

Adicionalmente, contém os seguintes parágrafos de ênfase:

*"As demonstrações financeiras da empresa coligada CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 5 de fevereiro de 2010, contendo parágrafo de ênfase relacionado ao reembolso referente aos gastos com o plano de complementação de aposentadoria pela Lei nº 4.819/1958. A administração da empresa coligada, amparada por seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionados a esse plano é de inteira responsabilidade do Governo do Estado e, como consequência, não registra nas demonstrações contábeis da empresa nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação a esse plano*

*As demonstrações financeiras da empresa coligada EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 19 de março de 2010, contendo parágrafo de ênfase relacionado à continuidade normal dos negócios. A empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados no exercício de 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), tem sofrido contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A administração da empresa tem avaliado os impactos*

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

*econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as recentes experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 599.450 mil em 31 de dezembro de 2009, composto, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos nem quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.”*

Quanto às ressalvas apresentadas, a Administração tece os seguintes comentários:

A classificação dos créditos fiscais decorrentes do imposto de renda retido na fonte dos dividendos recebidos relativos ao exercício de 1995 no ativo circulante se manteve, em exercícios anteriores, em razão do entendimento de que, em face das possibilidades de êxito na homologação dos pedidos de compensação pela Receita Federal, ainda sob exame na esfera administrativa, e sujeita, outrossim, à fase judicial, na eventualidade de não reconhecimento do direito em questão não se estaria diante de um clássico caso de registro de ativo contingente, a ensejar uma recomendação de baixa ou constituição de provisão redutora\retificadora do saldo da rubrica “Ativos Fiscais a Compensar”. Contudo, face à incerteza e à longevidade do processo, à luz da estrutura conceitual básica da contabilidade em vigor por pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a administração optou por provisionar o correspondente valor.

O registro do ajuste da aplicação do método de equivalência patrimonial como ajuste de exercícios anteriores ocorreu porque os investimentos na Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. – CTEEP e na Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE eram avaliados, pela ELETROPAR, com base em seu valor de aquisição conforme a prática contábil então vigente. De acordo com as alterações introduzidas pelas Leis nºs. 11.638/07 e 11.941/09 e em consonância com a nova redação da Instrução CVM 247/96, essas participações passaram a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (a partir do primeiro trimestre de 2009).

O critério de avaliação contábil dos investimentos foi alterado pelo fato de que, com base no novo ordenamento contábil vigente, a Companhia controladora da ELETROPAR, a ELETROBRÁS, também detém participação no capital das empresas já mencionadas no quadro anterior e avalia esses investimentos pelo método da equivalência patrimonial. Por esse motivo, a ELETROPAR, ao possuir

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

participação nas mesmas Companhias investidas de sua controladora, aplica o mesmo critério de avaliação contábil utilizado pela ELETROBRÁS.

Quanto aos parágrafos de ênfase, a Administração tece os seguintes comentários:

No que tange os parágrafos de ênfase sobre as coligadas CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia, a Administração reitera os comentários realizados em relação às mesmas ênfases constantes do parecer dos auditores independentes para o exercício findo em 2009.

O parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 não contém ressalvas ou ênfases.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

**10.5.** Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.



**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6.** Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos utilizados pela Eletropar para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis possuem um grau bom de eficiência, com poucas imperfeições já detectadas e em fase de correção.

As imperfeições constatadas tratam da ausência de procedimento mensal formal para obtenção de informações referentes a:

- a) informações financeiras das empresas coligadas;
- b) apuração e atualização monetária dos depósitos judiciais;
- c) informações sobre a folha de pagamento dos requisitados para garantir o reconhecimento adequado das provisões de folha de pagamento.

Para correção das imperfeições acima, a Eletropar está providenciando a criação de procedimentos formais e adequados para a obtenção tempestiva das informações necessárias.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Deficiências	Recomendações	Comentários e medidas adotadas pela Administração
Em nossa revisão de papéis de trabalho na investida CTEEP, identificamos divergências referentes as premissas do ativo financeiro de acordo com as práticas da Eletrobras. Adicionalmente identificamos divergência entre os papéis de trabalho e as demonstrações financeiras.	Recomendamos que o cliente reconheça o efeito para Eletropar.	Os efeitos foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da Eletropar.
Encontramos uma divergência no reconhecimento de provisão para contingências com relação a lei 4819 da CTEEP.	Recomendamos que o cliente efetue o ajuste.	Os efeitos foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da Eletropar.
Verificamos que o cliente reconheceu a redução no percentual de participação relativa da CTEEP em outros resultados abrangentes, porém conforme navegador contábil PwC o valor deve ser reconhecido em lucros acumulados.	Recomendamos que o cliente efetue o ajuste para linha de lucros acumulados.	Com base nas definições constantes do Pronunciamento Técnico CPC 18, entendemos que o tratamento adequado é aquele realizado pela Companhia.
Identificamos que o sistema permite a realização de lançamentos contábeis fora do período de competência.	Recomendamos que a Companhia efetue uma parametrização no sistema a fim de bloquear os lançamentos fora do período de competência.	Após o encerramento do período este fica bloqueado para lançamentos.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

Identificamos que o sistema Prosoft permite a exclusão de lançamentos contábeis. Tal operação ocorre de tal forma que não é solicitado nenhum lançamento de estorno, mas apenas a exclusão definitiva do registro de lançamento.	Recomendamos que a Companhia efetue uma parametrização no sistema a fim de bloquear a exclusão indevida de lançamentos contábeis	O procedimento apresentado é liberado apenas para o gerente que possui perfil de acesso distinto.
Verificamos que o sistema Prosoft não bloqueia registro de um lançamento manual em uma conta contábil inválida e/ou inexistente. O sistema dispara um alerta informando que a conta não existe e pergunta se o usuário deseja criar uma nova conta.	Recomendamos que a Companhia efetue uma parametrização no sistema a fim de bloquear o registro de um lançamento contábil em uma conta contábil inválida e/ou inexistente.	Os períodos são bloqueados após o encerramento.
Não identificamos gestão dos acessos (concessão, revogação e movimentação) para o sistema Prosoft.	Recomendamos que o cliente efetue uma parametrização de senha para os funcionários.	O sistema foi atualizado permitindo tal funcionalidade.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Comentários/itens não evidenciados**

**10.7.** Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar<sup>1</sup>:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve.

- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve.

- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve.

---

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**10.8.** Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando<sup>1</sup>:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:
  - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos  
Não há.
  - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos  
Não há.
  - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços  
Não há.
  - iv. contratos de construção não terminada  
Não há.
  - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos  
Não há.
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras  
Não há.

---

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**10.9.** Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.